

O livro como autoridade linguística: o papel dos editores e preparadores da Companhia das Letras no emprego de variantes do português brasileiro

The book as linguistic authority: the role of editors and copyeditors at Companhia das Letras in the use of Brazilian Portuguese variants

Thiago Mio Salla*
Renato Augusto Ritto**

RESUMO:

O trabalho de edição de livros, em regra, privilegia o emprego de variantes de prestígio e a correção das informações transmitidas. Partindo da ideia de que revisores e preparadores, com vistas a aprimorar as obras nas quais trabalham, agem diretamente sobre o conteúdo gramatical e textual nelas contido, este artigo objetiva entender como os profissionais de texto da Companhia das Letras se pautam, eventualmente, pelas noções de sistema, norma e variante em sua prática, ainda que não tenham plena consciência da especificidade desses conceitos oriundos sobretudo do âmbito da sociolinguística. Para tanto, utilizando-se de um questionário respondido por desde a responsável pelo departamento de editoria de texto da empresa até *freelancers*, a proposta foi mapear e discutir os perfis, visões a respeito da língua e as escolhas feitas por editores e preparadores considerando-se possíveis empregos de variantes do português brasileiro.

Recebido em 28 de janeiro de 2022.

Aceito em 26 de abril de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.830>

*Orientador da pesquisa, Universidade de São Paulo, thiagosalla@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5009-5157>

**Universidade de São Paulo, renato.ritto@alumni.usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8531-8031>

PALAVRAS-CHAVE: Editoração; Preparação de texto; Variação Linguística; Português brasileiro; Companhia das Letras.

ABSTRACT:

Book publishing, as a rule, has always privileged more prestigious linguistic variations and the correctness of the information transmitted. Based on the idea that proofreaders and copyeditors work directly on the grammatical and textual content of a book in order to improve it, the following study aims to understand how the employees of the publishing company Companhia das Letras are guided by their notions of the linguistic system, norm and linguistic variations of Brazilian Portuguese in their professional praxis, even if they are not fully aware of the specificity of these concepts in the scope of sociolinguistics. Therefore, a questionnaire was developed and later answered by the professionals of Companhia das Letras (from text editors to freelancers), aiming to map and discuss their choices among the possible linguistic variations of Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: Book publishing; Copyediting; Linguistic Variation; Brazilian Portuguese; Companhia das Letras.

Introdução

O trabalho de edição de livros, em regra, sobretudo desde o Renascimento e o uso de tipos móveis, preocupou-se em empregar variantes de prestígio e em corrigir de modo sistematizado o conteúdo das informações transmitidas (GRAFTON, 2014, p. 121-137). A noção de texto impresso em livro, tendo em vista as particularidades relativas a seu suporte, transmissão e circulação (CHARTIER, 2007, p. 11), carrega o peso ainda maior da autoridade (GILMONT, 2002, p. 67-69), e até hoje a preocupação com a revisão é grande até no mais simples dos materiais veiculados a um grande público.

No âmbito do trabalho de edição, algumas divisões ocorrem, hoje, no mercado editorial para mais bem delimitar até que ponto se deve interferir em um original, sendo a *preparação de originais* um processo amplo, realizado com arquivo ainda no *software* de edição de texto, no qual se efetuam muitas intervenções, e a *revisão de prova*, feita com o livro já composto, costumeiramente em versão impressa, e marcada por intervenções em menor

escala. Partindo da ideia de que os revisores e preparadores, com vistas a aprimorar o texto no qual trabalham, agem diretamente sobre o conteúdo gramatical e textual de tal objeto, o presente artigo objetivou entender como os profissionais de texto da Companhia das Letras se pautam pelas noções de sistema, norma e variantes do português brasileiro em suas práxis profissional, ainda que não tenham plena consciência desses conceitos oriundos sobretudo do âmbito da sociolinguística.

Para isso, portanto, utilizou-se de um questionário a ser respondido pelos profissionais da casa editorial em questão. A proposta, a partir dos dados colhidos por meio de tal instrumento, longe da pretensão de responder categoricamente à pergunta levantada, resultou em uma discussão sobre a escolha dos preparadores entre as diversas variantes do português brasileiro.

1. Objetivos

Inicialmente, antes de a pesquisa efetivamente começar, estudos e reflexões foram realizados para que fosse possível pensar na melhor forma de conceber a investigação, uma vez que a prática de edição de texto envolve muitas etapas feitas por pessoas diferentes. Como seria possível mapear tal trabalho a partir de um livro, que já é um item cultural resultante de uma cadeia produtiva extensa?

Não se mostrava viável, tampouco, concluir tal investigação seguindo os passos de uma pesquisa sociolinguística clássica, verificando os processos de encaixamento, avaliação e implementação (MOLLICA, 2015, p. 10), porque não se trata de um estudo de caráter apenas (sócio)linguístico. Apesar de se apropriar dos conceitos labovianos para entender a possível documentação de variações nos textos das obras em processo de edição (LABOV, 2008), este artigo está baseado nas visões de língua dos agentes da edição de livros. Diante disso, pensou-se, então, que a melhor forma de entender como o texto chega a sua forma final seria entrevistando tais agentes, os profissionais que efetivamente trabalham nele, para que, enfim, chegue a tal estágio.

A eleição da Companhia das Letras como objeto de estudo acabou se revelando uma escolha feliz, pois essa casa apresenta um departamento específico destinado à edição de textos (algo, hoje, raro no mercado editorial brasileiro): nada menos do que a maior parte dos originais editados pela empresa passa pelo crivo dos profissionais desse departamento. Dessa maneira, os agentes que ativamente interferem no livro, em tal fase, são poucos e rastreáveis, o que favorece o acesso aos sujeitos de pesquisa a serem entrevistados, bem como permite avaliar e dimensionar de modo mais apurado as informações por eles fornecidas. Percebeu-se, também, que o processo de intervenção editorial a ser privilegiado pelo presente estudo deveria ser a preparação, e não a revisão, visto que aquela é uma etapa que promove muito mais intervenções no texto de uma obra e, além do mais, trata-se do trabalho principal do departamento pesquisado. Os processos editoriais serão particularizados ao longo do artigo.

Uma entrevista prévia foi feita com uma estagiária do departamento responsável pela preparação dos livros da Companhia das Letras, algo que auxiliou a desvendar o processo de trabalho da editora. Em seguida, elaborou-se, então, um questionário abrangente com base nos pressupostos teóricos relativos à edição de texto e nas informações coletadas por meio da conversa preliminar com a mencionada estagiária. Depois de breve discussão para se chegar à redação final do referido instrumento, as entrevistas com todos os profissionais do departamento responsável pela preparação de texto da Companhia das Letras foram realizadas e gravadas em uma tarde na própria empresa.

Chegou-se à conclusão de que os questionários, que serão explicados ao longo deste artigo, deveriam ser diferentes, de acordo com a atuação profissional de cada informante na empresa, pois se objetivava que as respostas refletissem a vivência e o trabalho específico deles. Ao todo, oito profissionais foram entrevistados nesta pesquisa: duas estagiárias, três editores de texto, a chefe e criadora do departamento de editoria de texto e duas preparadoras terceirizadas que prestam serviço à Companhia das Letras

há anos. Depois disso, todos os áudios foram transcritos, e os dados obtidos foram analisados à luz da sociolinguística variacionista e de uma recuperação teórica das particularidades dos diferentes processos editoriais observáveis ao longo do tempo. O objetivo era mapear o horizonte de possibilidades entendido pelos profissionais quanto ao próprio trabalho de intervenção, o que forneceria dados para que se analisasse a postura da editora diante de regras da gramática normativa.

2. Fundamentação teórica

2.1 A preparação de originais

Existe uma confusão de nomenclaturas dos diversos trabalhos com o texto no ramo editorial. É difícil especificar até onde vai cada ofício, porque todos eles objetivam promover intervenções nos textos e se diferenciam pelo momento em que ocorrem na cadeia do livro e pelo nível de intervenção a que se propõem, mas cada casa publicadora especifica seus parâmetros de acordo com o fluxo de trabalho que adota.

Existem manuais de editoração e estilo que tentam, de acordo com as visões dos próprios autores e suas experiências no mercado, compilar e delimitar os limites de cada etapa editorial. Alguns nomeiam o processo abordado neste artigo de “preparação”, outros de “revisão de originais”, mas todos entram em consenso de que existe um trabalho prévio no original, entregue pelo autor à editora, antes de sua composição, que hoje é feita por um profissional que usa *softwares* específicos, com destaque para o InDesign da empresa Adobe. É difícil estimar quando a editoração eletrônica começou a ser utilizada efetivamente nas editoras porque se desconhecem registros em trabalhos científicos ou mesmo em depoimentos de editores a respeito disso e devido ao fato de tal mudança ter se dado de modo gradativo. A possibilidade e facilidade de marcar as alterações efetuadas por meio do Microsoft Word,

por exemplo, tornaram cômodo o trabalho do preparador de originais, que se utiliza do mecanismo de “Revisão” presente nessa ferramenta.

Wlasek Filho (1966) mapeia o trabalho que, na presente pesquisa, considera-se do preparador, como sendo exclusivamente circunscrito ao compositor. Este, hoje, seria o que chamamos popularmente de “diagramador”, ou seja, o profissional que compõe a página do livro, dispondo o texto na formatação escolhida pela editora. Segundo ele, um livro deve ser enviado pelo autor, passar por um “marcador” e depois pelo “compositor”, para só então seguir para o “revisor tipográfico”. O trabalho do marcador seria, basicamente, o de arrumar a hierarquização de títulos e indicar o estilo que cada um deles teria, bem como indicar em quais partes se utilizaria itálico, negrito ou sublinhado, versaletes etc. O trabalho do compositor, portanto, também englobaria a normalização e revisão inicial do texto já com todos os estilos, considerando que ele é o responsável pelo trabalho final de pré-revisão.

Esses dois processos, portanto, precederiam o trabalho do que hoje se chama de preparação de texto, ou revisão de original, dependendo do autor. Wlasek Filho não registra a atuação de um corretor de originais antes da composição, talvez por, ainda nos anos 1960, não se tratar de um consenso a execução dessa atividade. Mas o autor também chega à conclusão de que o modelo por ele proposto não seria o melhor: “Certo, na prática, estamos ainda um pouco longe da satisfação de todos os requisitos de que estamos tratando, não só no que toca ao formato dos originais, como à sua redação definitiva” (WLASEK FILHO, 1966, p. 17).

Já Antonio Houaiss, em seu *Elementos de bibliologia*, ao tratar da “correção de originais”, como chama o processo em questão, diz que o profissional responsável por tal tarefa realiza a correção da “‘língua’ do autor na ortografia, pontuação, colocação, formas vocabulares, sintaxe, concordância, regência, que sei mais...” (HOUAISS, 1983, p. 67). O afamado dicionarista diz que não se refere a uma avaliação crítica da história, mas a “essa ‘correção’ compulsória, que decorre de pressupostos rígidos no que se

refere aos fatos de linguagem, quando não aos fatos estilísticos” (HOUAISS, 1983, p. 68).

Ainda sobre o trabalho com o original, Houaiss chama a atenção para uma citação de Theodore Low de Vinne sobre as particularidades (caráter interventivo) da atuação profissional do compositor/tipógrafo: “É crença hoje em dia, como o era nos tempos de Moxon, o primeiro escritor inglês sobre a técnica da impressão, que é dever do tipógrafo obviar às negligências do escritor” (DE VINNE *apud* HOUAISS, 1983, p. 68).

Ele completa a citação dizendo que esse conceito é mais moderado do que o nosso, que abarca o papel do corretor. Isso porque o tipógrafo deveria corrigir apenas os lapsos do autor, tendo o corretor/preparador, atualmente, uma liberdade um pouco maior no que diz respeito à promoção de alterações no texto.

Houaiss ainda cita outro autor, André Thérive, da *Encyclopédie française*, que exalta o trabalho imprescindível do corretor do original. Segundo Thérive, “desde o século XV os impressores eram forçosamente a um tempo artesãos e eruditos, como sucessores, de resto, dos empresários da cópia manuscrita, os quais foram, fatalmente também, latinistas, graduados universitários, clérigos” (*apud* HOUAISS, 1983, p. 68). Thérive também registra que o primeiro grande nome dos corretores foi P. Prielis, que corrigiu o *Psalterius benedictinus* impresso por Fust e Schöffer, concorrentes de Gutenberg. Isso demonstra que o trabalho de revisão textual sempre existiu, mas não era visto consensualmente entre os profissionais das editoras.

Ainda postulando sobre a edição de textos, Houaiss, no livro *Editoração hoje*, nomeia o processo prévio de correção do texto de um livro como “preparação de originais” e aproxima-se bastante da discussão levantada por este trabalho. A partir da análise de questões difíceis de serem delimitadas na padronização de um livro, analisando de forma aprofundada o uso das maiúsculas, o autor acaba colocando em questão o próprio registro gramatical proposto na escrita:

Não tenho coragem, por exemplo, de reescrever, hoje, com *e* final, a palavra *quasi*, se ela foi escrita por um senhor de 70 anos. Esses pequeninos exemplos do problema é que sugerem a dificuldade que o preparador de texto tem para, mecanicamente, seguir o vocabulário ortográfico da Academia Brasileira (HOUAISS, 1981, p. 58).

Mais à frente em seu texto, Houaiss vai analisar o motivo de se buscarem tantas padronizações e a ânsia pela normalização no ramo da editoração, rememorando os tempos antigos da história da edição de livros. Ao se referir ao período alexandrino (a partir do século III a.C.), momento de emergência da figura do editor, o autor relembra que foi uma preocupação dos antigos egípcios propor padronizações para a edição de textos, quando começaram a perceber que havia diferenças entre os apógrafos. Ao comentar os motivos para essa ambição, Houaiss postula que eles almejavam uma uniformidade na produção mais do que uma mecanização do trabalho, porque, sendo o trabalho naquela época manual, “os escribas, por mais regras que estabelecessem entre si e por mais que se apoiassem sob uma fonte idealmente melhor, sempre estavam sujeitos a variantes” (HOUAISS, 1981, p. 68).

O autor, então, passa a fazer apontamentos sobre a padronização da própria língua na edição de textos, chegando à conclusão de que “nenhuma unidade nacional ou linguística de cultura, por mais desenvolvida que seja, por maior que seja o grau de industrialização que tenha atingido sua arte editorial, apresenta um padrão uniforme de tratamento” (HOUAISS, 1981, p. 69). Ele define a língua, em seu texto, como “um sistema de comunicação que tem uma estrutura tal de valores interdependentes, que se impõe através da vida, no meio cultural, na culturalização” (*idem, ibidem*). Houaiss, ainda no âmbito da mesma discussão sobre a padronização idiomática, entende que nela existem dois planos, relativos à escrita e a oralidade, e que avultam alguns elementos e construções que não são aceitos no plano escrito, mas são admitidos no plano falado, e vice-versa. No entanto, no que o autor chama de “editoração da obra de arte”, considera que “o artista é o homem que quebra sempre as estruturas” (HOUAISS, 1981, p. 70), afirmando que não se faz necessário seguir fielmente

a todas as regras gramaticais se o estilo do texto escrito não depreende tal normalização. Segundo Houaiss, a língua se adequa ao original em que se está trabalhando, bem como todas as padronizações propostas a um texto levam em conta o conteúdo do que se está publicando, a quem ele é direcionado e o que ele realmente precisa para estar em sua melhor forma. Propõe, então, algumas perguntas a serem feitas diante de um original com o qual se vai trabalhar: “Assim, no extremo da mensagem lógica, podemos em princípio lidar com os textos no sentido de dar-lhes preparação normalizada. Quais são para isso os requisitos? O texto, antes de mais nada, pede uma uniformização visual? Que vem a ser isso?” (HOUAISS, 1981, p. 71).

Depois desse primeiro olhar dirigido ao livro, sugerindo até um folhear do original, Houaiss propõe novas questões a serem feitas para que se dimensione o trabalho com aquele original em específico: “Quais são as fases que visualmente se deve seguir? [...] Existe uma organicidade proposta pelo autor? Os originais exigem isso em quê? Em partes, em capítulos, em versículos? Qual foi a forma orgânica desses originais? [...] Se a forma de divisão orgânica foi de um tipo, o tipo foi observado de início ao fim?” (*idem, ibidem*). A conclusão a que se chega a partir de tais postulações de Houaiss é que se deve partir sempre do original para a aplicação ou não de padronizações e regras, considerando-se sempre aquilo que se está editando. O livro, na visão do dicionarista, propõe sua própria organização e seu próprio estilo.

Araújo, em *A construção do livro*, respeitado manual contemporâneo aos *Elementos de bibliologia* de Houaiss, também nomeia o processo de trabalho de um editor com o original como “preparação de originais”. Ele ressalta a atuação do “editor-de-texto”, que, ao receber um original, deve submetê-lo ao “trabalho prévio de normalização literária, isto é, submetê-lo a uma revisão de tal ordem que empreste ao conjunto uma espécie de coerência integral” (ARAÚJO, 1986, p. 59). Araújo ainda completa que “não se espera, de modo algum, que o preparador de originais seja um gramático ou um filólogo, mas é imprescindível que tenha o conhecimento necessário [...] para optar ou decidir em casos duvidosos” (*idem, ibidem*). Essa definição se revela

ampla e abrangente, menos específica do que a de outros manuais da época. Em resumo, não delimita exatamente o grau de atuação do preparador ou o seu campo de atuação.

Em outro momento, ao falar especificamente sobre a técnica de revisão, Araújo também atribui responsabilidade do cuidado com o texto ao compositor, o que reforça o peso da preparação sobre ele quando, antes da editoração eletrônica, o trabalho editorial ainda dependia deste profissional. Falando sobre a normalização de línguas estrangeiras, Araújo postula que a fiscalização das normas compete “ao compositor e sobretudo ao revisor – mas em última análise ao próprio supervisor editorial” (ARAÚJO, 1986, p. 394).

Ildete Oliveira Pinto, já em 1993, publica a obra *O livro: manual de preparação e revisão* pela editora Ática. Preparador de textos experiente, o autor explica que “as atividades relativas à adequação do texto que dizem respeito à organização, normalização e revisão dos originais são chamadas de preparação” e que “a revisão de originais ocorre antes da composição” (PINTO, 1993, p. 10). Ele ainda elege o termo “preparador de texto” para se referir aos revisores de originais, demarcando que tais profissionais realmente se espalharam e se estabeleceram na área.

Henry Saatkamp, em 1967, publicou o livro *Como elaborar originais de livros* com algumas regras a pedido da editora Sulina, uma cliente da gráfica em que então trabalhava, para auxiliar a edição de futuros autores. Entretanto, a rápida modernização do processo editorial exigiu uma modificação de seu manual, e em 1996, Saatkamp lançou o remodelado *O livro: preparação e revisão de originais*. Sobre o trabalho efetivo de preparação de texto, o autor não descreve exatamente o que compete a quem exerce tal função ou delimita o significado do trabalho. Ele apenas, em certo momento do livro, pincela que “as boas editoras submetem os originais que recebem a uma leitura prévia, realizada por pessoa habilitada. Esse especialista fará a correção dos enganos mais evidentes – erros de concordância, de digitação, de pontuação, texto truncado” (SAATKAMP, 1996, p. 67). O autor acredita que o trabalho

de preparação do original é do editor do livro, referindo-se sempre a esse profissional enquanto disserta sobre as etapas do trabalho.

As normas da ABNT para revisão de original e revisão de provas são datadas de setembro de 2002, mas o projeto é de 2001. Segundo a NBR 6025, a etapa tratada como revisão de originais enquadra-se como “normalização ortográfica, gramatical, literária e de padrões institucionais, aplicando-se as técnicas editoriais e marcações para uniformizar o texto como um todo” (ABNT, 2002, p. 1), e tal processo ainda pode ser nomeado de “copidesque”. O restante das regras se mostra puramente técnico, e as intervenções textuais não chegam a ser mencionadas ou abordadas. A concepção de revisão de originais da ABNT se revela bastante similar às definições da práxis de preparação feita por outros autores.

Já para Martins Filho (2016), na tarefa de revisão de originais ganha mais corpo e amplitude “a normalização, a revisão ortográfica, a revisão de estilo (da escrita), a revisão técnica e a marcação do texto para sua futura composição/diagramação, momento no qual se indicam diferentes características gráficas” (MARTINS FILHO, 2016, p. 151). Aqui, tal autor atribui ao preparador todo o processo prévio de edição do original e documenta a forma como esse trabalho se dá atualmente nas editoras. Em linhas gerais, trata-se de um conjunto de atividades basilares para que o livro seja bem-feito e não apresente problemas em suas fases subsequentes, sobretudo porque, assim como indicado, o preparador se coloca como responsável tanto pelo texto quanto pelas marcações relativas à composição. O trabalho em questão, portanto, fica demarcado e ganha grande importância na edição de um original.

2.2 As delimitações de termos e funções na editora pesquisada

Depois de recuperadas algumas definições do fazer editorial aqui privilegiado segundo diversos autores, faz-se necessário nomear e demarcar o

significado de alguns processos, bem como explicitar o que eles compreendem no âmbito do presente trabalho. Como ele se debruça sobre a Companhia das Letras, o vocabulário específico corrente na empresa relativo à edição de textos foi documentado a partir do depoimento dos diferentes entrevistados, para que se tornasse possível entender o que cada etapa contemplava. As definições das diferentes formas textuais, funções e trabalhos correntes na editora, os quais também serão adotados neste artigo por facilidade e objetividade, encontram-se expostas com as devidas explicações e significados abaixo:

- **original:** arquivo eletrônico (ou, raramente, impresso) com todo o conteúdo textual de um livro, que parte do autor. Trata-se do documento que será tomado como base para toda a feitura do livro.
- **tradução:** essa etapa só é válida para o caso de livros em língua estrangeira. Nela, o texto do livro é passado para o português num processo minucioso realizado por um profissional denominado tradutor.
- **formatação:** precede o efetivo tratamento do texto e é realizada na própria empresa por estagiários do departamento, que verificam o arquivo do original antes de enviá-lo ao profissional que irá prepará-lo. Trata-se de um trabalho um tanto quanto mecânico, que não compreende mudanças no texto e na estrutura do original, abarcando apenas a formatação básica do documento e o acréscimo de indicações para a posterior composição do livro, além da conferência de qual é a versão correta do arquivo do livro a ser utilizada para edição.
- **padronização:** etapa realizada pelo preparador, que aplica as normas de padronização e estilo do *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras* no original, devendo uniformizar as unidades de medidas, grafias de nomes, numerais, negritos, itálicos, versaletes etc.

- **preparação:** a chamada “revisão de originais” ou “copidesque” compreende o processo sobre o qual esta pesquisa se debruça. É desempenhado pelo preparador, que, além de proceder à padronização, irá fazer alterações profundas e estruturais no texto, para além de correções gramaticais, chamadas ortotipográficas por Yamazaki (2009). Além disso, nesse estágio também se deve cotejar os parágrafos do original com a tradução, no caso de livros estrangeiros, para que se tenha certeza de que nada foi perdido ou esquecido pelo tradutor. Trata-se, sem dúvida, da etapa mais trabalhosa em termos de edição de texto, e a que demanda mais atenção, além de ser aquela na qual mais se intervém no original. Depois dela, entende-se que o texto do livro está pronto e não sofrerá grandes mudanças.
- **fechamento de preparação:** processo no qual o editor responsável pelo livro lê todas as alterações propostas pelo preparador na preparação e as valida ou as rejeita a partir das ferramentas do *software* de edição de texto empregado. Nesse processo, o editor também pode fazer novas alterações no original, objetivando a fluidez da leitura e a obtenção da melhor forma possível para o texto final do livro. Essa etapa é feita inteiramente dentro da empresa, e todos os profissionais que a executam foram entrevistados nesta pesquisa.
- **diagramação:** processo também comumente chamado de “paginação” ou “composição”, a diagramação é a etapa na qual um designer, utilizando-se de *softwares* específicos, distribui o texto do livro nas páginas do projeto gráfico previamente aprovado pela editora. Ele deve estar atento às quebras de palavras, à inserção de elementos necessários para a complementação do texto (como figuras, gráficos etc.) e a toda a hierarquização de títulos de um livro para que nada se perca e o texto esteja em sua melhor forma, além de ter a certeza de que a disposição do texto nas páginas esteja harmoniosa e estilisticamente agradável.

- **primeira revisão:** depois que o texto é diagramado, faz-se necessário que um profissional o leia atentando-se a todos os possíveis e corriqueiros erros de diagramação (como junção de parágrafos, alterações na hierarquização dos títulos e subtítulos, problemas nas quebras de palavras etc.) e deslizes comuns e superficiais de texto que não foram limados na preparação (como inversão de letras, vírgulas mal colocadas, lapsos de acentuação etc.).
- **segunda revisão:** deve conferir se todas as emendas da primeira revisão foram, de fato, aplicadas ao texto e se essas correções geraram qualquer problema ao livro, como perda de algum parágrafo. Além disso, pressupõe, uma vez mais, a leitura de todo o texto do livro, atentando-se aos mesmos problemas que uma primeira revisão deveria atentar-se.
- **terceira revisão:** processo apenas de conferência das emendas aplicadas na segunda revisão. Não deve interferir no texto, restringindo-se apenas à aplicação das emendas da segunda revisão que porventura não tenham sido feitas. O texto do livro não é lido.

2.3 O Manual de Redação e Estilo da Companhia das Letras

A Companhia das Letras, como é comum à maior parte das editoras comerciais, também conta com um manual de redação e estilo, que delimita algumas balizas e padronizações para orientar todos os que, contratados pela empresa (funcionários e *freelancers*), trabalham com o texto. Para esta pesquisa, pensou-se que, antes de tudo, os preparadores e revisores tomam como base para suas intervenções justamente tal ferramenta de trabalho. Portanto, faz-se importante analisá-la com o objetivo de entender se ela contempla outros registros de língua, ou seja, variantes que não a norma padrão prevista pela gramática normativa.

A edição atual do *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras* data de 2012, e, já em sua introdução, apresenta-se como material de consulta e referência para aqueles que o utilizam. Paralelamente, não se portaria como um manual estanque que almeja dirimir toda e qualquer dúvida existente na edição de um escrito a ser publicado pela editora (isso, além de pretensioso, seria impossível), mas se propõe a trazer sugestões que levem o profissional a intervir da melhor maneira no texto de um livro em processo de preparação e de revisão de provas.

No primeiro capítulo, o manual se centra em orientações gerais aos profissionais de texto envolvidos no processo de edição. Nele, listam-se os materiais de consulta fundamentais e basilares para o trabalho com um original da editora, bem como fontes e orientações de pesquisa. As gramáticas sugeridas neste item são três: a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida; a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra; e a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara. De início, percebe-se que são obras de consulta bastante diferentes e publicadas, inicialmente, com um intervalo grande de tempo entre si, além de contemplarem registros de variantes linguísticas distintas, por mais que nelas prevaleça a norma padrão. Isso resultará em respostas diferentes para as mesmas dúvidas quando consultadas na trinca de gramáticas indicadas, pois o consulente se deparará com visões diversas do idioma. A obra de Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo, prova-se muito mais rígida e intolerante, na prática, do que a de Evanildo Bechara, que contempla mais variantes e demonstra uma fluidez maior na apresentação dos fenômenos linguísticos. Para os propósitos do presente trabalho, impõe-se uma breve visão geral de cada uma dessas gramáticas.

A *Gramática metódica da língua portuguesa*, primeira obra considerada basilar pelo *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*, teve 46 edições até hoje, constituindo-se em uma das obras do gênero mais longevas em nosso mercado editorial. Publicada pela primeira vez em 1943, apresenta-se como um compêndio que toma como base noções

puristas, conservadoras e supostamente nacionalistas da língua portuguesa, procurando amparar-se em juízos opostos aos preconizados por estudos científicos do idioma feitos pela linguística. Na abertura de seu *Dicionário de questões vernáculas*, Napoleão atesta a sua visão de língua ao postular que não tolera “composições fúteis, de tendência transformista, niilista”, que despreza “páginas inteiras de seções ou de suplementos de arte de jornais que nos forcem a engolir o desprezo à tradição, a alimentar a contestação, a insuflar a negação dos legítimos e tradicionais representantes das nossas letras” (ALMEIDA, 1981, p. 5). Mais especificamente em sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, Napoleão considera que “a língua é a mais viva expressão da nacionalidade”, atestando que, se o ensino levar em conta o que ele chama de “língua brasileira”, cairemos num “refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo” (ALMEIDA, 1999, p. 7).

Considerando, assim, a gramática enquanto um repositório de normas e exemplos validados pela tradição, uma espécie de “diamante despojado dos cascalhos e impurezas” (ALMEIDA, 1999, p. 7) responsável por salvaguardar o vernáculo, Napoleão repele aquilo que preconiza a linguística moderna. Entre outros aspectos, ele renega a possibilidade da produção de enunciados facultados pelo sistema da língua que, por desfrutarem de menor prestígio ou por ainda se tratar de mudanças linguísticas em curso, não se encontram compendiados pela gramática tradicional. Entender o português pela perspectiva normativista do ufanismo patriótico e vê-lo como um conjunto de leis tradicionais que deve ser mantido revela-se improdutivo, uma vez que as línguas sofrem influências umas das outras por estarem em constante contato, e as regras gramaticais institucionalizadas são colocadas em xeque diversas vezes em cada ato individual de utilização do idioma. Essa visão de gramática como um conjunto de princípios inexoráveis coloca a língua como uma organização metafórica perfeita, estanque e inatingível, a qual os falantes devem dominar e respeitar a todo custo. Em linhas gerais, tal perspectiva rejeita que, em sentido lato, eles não precisam aprendê-la, uma

vez que já a adquiriram e a utilizam em seu cotidiano, conhecendo-a muito bem, produzindo atos de fala com estruturas linguísticas complexas.

Mesmo Evanildo Bechara, que tem uma visão mais científica da língua e não fecha os olhos aos avanços proporcionados pela linguística, demonstra certo apego à tradição gramática da exemplaridade. Sua posição conflituosa, situada entre a realização de estudos baseados em Coseriu e a tradicional mobilização de exemplos extraídos do cânone da literatura para fundamentar a língua, encontra-se analisada por vários autores. Segundo Neves (2018, p. 36), o que Bechara chama, em sua gramática, de “exemplaridade” é mais baseado em uma visão de tradição da descrição gramatical do português, “como um fiel cultor da língua”, do que como um guardião de “um padrão de língua que nos caiba imperiosamente ‘preservar’”, argumentando que existe uma diferença entre tais visões. De fato, Bechara possui um subcapítulo em sua gramática, “O exemplar e o correto”, em que conceitua tal diferença:

Há de se distinguir cuidadosamente o *exemplar* do *correto*, porque pertencem a planos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correto nem incorreto (BECHARA, 2009, p. 51, grifos do original).

Nesse sentido, ele dissocia o juízo de valor da tradição exemplar, validando, assim, variantes do português. Ao mesmo tempo, na mesma gramática e apenas um subcapítulo à frente, diferencia a gramática descritiva da gramática normativa, afirmando que esta última teria natureza pedagógica, ao passo que a primeira apresentaria natureza científica. Entretanto, como afirmado por Almeida (2017, p. 786), Bechara, ao se utilizar da referida exemplaridade, “por um lado, reafirma uma análise lógica da língua, sendo o português dividido entre ‘bom’ e ‘mau’; por outro, o gramático é tomado pelas discussões da linguística, requerida para conferir cientificidade ao seu dizer”. Todavia, Bechara já afirmara, anteriormente, que “as teorias da sociolinguística jamais deveriam ter deixado as fronteiras da academia. Nas escolas, elas só reduzem as chances de os estudantes aprenderem o

bom português” (BECHARA *apud* ALMEIDA, 2017, p. 784), ou seja, ele já havia manifestado juízo negativo ao alargamento dos estudos em torno da variação, embora tenha procurado se eximir disso em sua *Moderna gramática portuguesa*.

Celso Cunha e Lindley Cintra, no entanto, autores da *Nova gramática do português contemporâneo*, demonstram e explicam as suas visões de gramática ao mesmo tempo que delimitam o lugar de onde falam nos capítulos iniciais do referido manual. Na seção “Conceitos gerais”, na subdivisão “Língua e sociedade: variação e conservação linguística”, os autores exploram justamente os conceitos oriundos da sociolinguística. Explicam, de maneira geral, as premissas de tal campo de estudo descritivo e se posicionam sobre ele, assumindo um papel de pesquisadores e cientistas da língua.

Entre as atitudes extremadas – dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais –, há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o aproveitamento harmônico da energia dessas forças contrárias e que, a nosso ver, melhor consubstancia os ideais de uma sã e eficaz política educacional e cultural dos países da língua portuguesa (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 7).

Ao mesmo tempo em que contabilizam uma notória força disruptiva de quebra total do que chamam de “tradições clássicas da língua”, os autores parecem compreender e levar em conta a sociolinguística em seu fazer gramatical. Tais evidências ficam ainda mais claras quando, falando sobre a concepção de “erro”, atestam que “sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 8). Portanto, propõem-se a contabilizar e a descrever as variações linguísticas em sua gramática, sem, entretanto, deixar de contemplar todas as variantes mais importantes, incluindo a norma padrão.

Para entender como cada gramático apresentado no *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras* se posiciona quanto a essas questões de forma prática, buscou-se então, na teoria de tais autores, um mesmo elemento de análise. Investigou-se, portanto, em chave metonímica, uma questão que apresenta notória variação no português brasileiro: a colocação pronominal, referida, como se verá, no questionário feito aos sujeitos desta pesquisa.

Sobre a colocação pronominal, Napoleão Mendes de Almeida, em sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, discorre exaustivamente a respeito de um elemento determinante em tal processo: a eufonia, conceito esse definido como sendo “a harmonia, a agradabilidade do som, ou, ainda, a facilidade, a suavidade na pronúncia” (ALMEIDA, 1999, p. 491). Paralelamente, explicita também diversas regras de atração relativas aos pronomes. Por outro lado, Almeida nada explica da pronúncia e do possível registro de um pronome oblíquo átono a iniciar um período. Ele ignora esse fato linguístico completamente em seus estudos sobre colocação pronominal, não documentando nem dando qualquer possibilidade para tal registro. É enfático ao afirmar: “Uma vez que, para efeito de prosódia, o pronome oblíquo deve apoiar-se no acento do verbo, *não se pode iniciar um período com pronome oblíquo*: ‘Disseram-me isso ontem’ e não: ‘Me disseram isso ontem’” (ALMEIDA, 1999, p. 492).

Já Bechara (2009), considerando registros de língua mais atuais, postula que “durante muito tempo viu-se o problema [da colocação pronominal] apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da ‘atração vocabular’”, chegando a dizer até que “a Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos” (BECHARA, 2009, p. 587). Entretanto, mesmo com essa consideração, o gramático é enfático em dizer que “não se inicia período por pronome átono” (BECHARA, 2009, p. 588). A bem da verdade, ao final do capítulo, quase separado de construções postuladas como “exemplares”, Bechara aborda a variação da colocação pronominal átona no Brasil. No entanto, vale-se apenas de uma única frase (disposta assim como uma nota

de rodapé) para documentar a variação em questão: “Pelas mesmas razões variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir a posição inicial de período” (BECHARA, 2009, p. 591).

Celso Cunha e Lindley Cintra, por sua vez, tratam de tal variação de forma mais extensa e abrangente, apresentando exemplos e documentando um uso bastante produtivo do português brasileiro. Logo no início da seção dedicada à colocação dos pronomes átonos, quando abordam a ênclise em início de período, os autores observam que:

Há, porém, casos em que, na língua culta, se evita ou se pode evitar essa colocação, sendo, por vezes, conflitantes, no particular, a norma portuguesa e a brasileira. Procuramos, assim, distinguir os casos de próclise que representam a norma geral do idioma dos que são optativos e, ambos, daqueles em que se observa uma divergência de normas entre as variantes europeia e americana da língua (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 309).

Depois, ao fim de tal documentação, como Bechara, os autores criam uma repartição no texto chamada de “A colocação dos pronomes átonos no Brasil”, na qual postulam que “podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*” (*idem*, p. 317). Como exemplos, os autores utilizam as frases “Me desculpe se falei demais”, atribuída a Érico Veríssimo, e “Me arrepio todo...”, de Luandino Vieira. Mais permissiva, a gramática de tais autores não só apresenta a variação quando vai tratar da colocação no âmbito generalista, mas a explica e atribui exemplos para que se mostre sua produtividade no português brasileiro.

O *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*, ao tratar dos processos editoriais, delimita que os profissionais que entram na cadeia de produção do livro devem respeitar as escolhas textuais feitas em etapas anteriores do fluxo de trabalho:

Cabe lembrar que é importante respeitar as soluções adotadas em etapas anteriores do trabalho. Preparadores devem respeitar opções do tradutor, revisores devem respeitar escolhas do preparador, e assim sucessivamente. Nos casos em que há duas possibilidades gramaticalmente aceitas, deve-se respeitar a decisão já tomada, a fim de evitar retrabalho (VIANA, 2012, p. 16).

Isso confirma que as decisões tomadas pelos preparadores quanto ao estilo da linguagem e às escolhas gramaticais (sobretudo no caso de originais não traduzidos) devem ser respeitadas e não alteradas durante a revisão de provas. A presente pesquisa, portanto, mostra-se válida mesmo com dados que abrangem apenas a etapa de preparação, já que as decisões dos preparadores devem ser mantidas, considerando-se as diretrizes que pautam o fazer editorial da empresa em questão. As escolhas desses profissionais, de acordo com tal pressuposto, determinam todas as etapas seguintes, pois é na preparação que o trabalho com o texto se dá de maneira aprofundada, independentemente de o livro ser nacional ou estrangeiro.

Logo depois da exposição inicial de diretrizes que nortearão todos os profissionais dedicados à edição do livro, o manual dá orientações gerais a tradutores, sem definir o escopo do trabalho. Trata-se de balizas do que traduzir em um original e das padronizações a serem empregadas em tal processo, sem grandes especificidades ou peculiaridades.

No terceiro capítulo, o manual se debruça sobre o trabalho do preparador. Há aí uma especificação maior da atividade desempenhada por esse profissional, com uma delimitação mais detida do que ele deve fazer e das etapas nas quais se divide sua atuação.

A tarefa do preparador se divide em três etapas, que devem ser executadas na seguinte ordem: batida de parágrafos; limpeza e padronização do arquivo; leitura do texto
(VIANA, 2012, p. 22).

Quando comparadas às visões a respeito da “revisão de originais” já levantadas e examinadas no transcurso desta pesquisa, entende-se que a

editora considera a preparação como mais do que apenas a leitura atenta do texto, aproximando-se das balizas expostas por Martins Filho (2016). Fica determinado, portanto, que o primeiro passo do trabalho realizado pelo preparador deve ser uma “batida de parágrafos”, que consiste em checar os parágrafos do original e conferir se todo o material original foi traduzido e se não houve nenhum “salto”, isto é, se não faltou verter para o português nenhum trecho¹. Num segundo momento, cabe a tal profissional fazer a limpeza e normalização do arquivo. Entretanto, entende-se que, atualmente, essa tarefa já não seria mais efetuada pelo preparador, pois segundo os relatos obtidos pela presente investigação, quem o realizaria seriam as estagiárias do setor, responsáveis por aplicar as padronizações da editora no arquivo antes de enviá-lo ao preparador. A terceira etapa compreende justamente a leitura do texto, atividade que engloba a maior parte do labor efetivo do preparador com o original. Especifica-se, em seguida, cada etapa referida e acrescentam-se orientações para limpeza e padronização do arquivo, que são apenas convenções de estilo, algo comum nos manuais de redação de diferentes casas editoriais.

As orientações da Companhia das Letras para a leitura do original a ser feita pelo preparador começam, então, a ser abordadas. Nesse ponto, o manual elenca algumas “particularidades do texto”, que abarcam as preferências da editora quanto a opções lexicais e repetições. Certas escolhas mais eminentemente gramaticais também ganham espaço, como a que se encontra no item 3.3.24: “em geral, prefira a próclise à ênclise” (VIANA, 2012, p. 34). Conforme já fora aqui documentado, essa orientação entra em conflito direto com a visão de duas gramáticas tidas como basilares pelo *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*: tanto a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, quanto a

1 Em reedições de obras nacionais, também se faz a batida de parágrafos entre esta e a edição anterior do livro com o qual se está trabalhando, para que se tenha certeza de que nada se perdeu de uma edição para a outra.

Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara. A empresa, portanto, orienta, em certa medida, o revisor de originais a ir na contramão de dois dos gramáticos indicados como referência.

A orientação de número 3.3.27 também aborda uma questão de caráter gramatical: ela postula que o verbo “visar”, quando utilizado com o sentido de “ter por fim”, pode ser transitivo direto ou indireto, e a opção do autor ou do tradutor deve prevalecer. No entanto, se as duas formas aparecerem ao longo do texto, adota-se aquela empregada de modo mais recorrente para que seja padronizada na obra como um todo. No geral, tem-se ainda nesse tópico prescrições sobre a troca desnecessária de palavras (como “através” por “por meio de”, um preciosismo contraproducente e recorrente no ramo) e sobre o uso de alguns vocábulos que poderiam ser resquícios de tradução (como o uso exagerado de “ocorrer” no lugar de “acontecer” em traduções do espanhol) ou usos comuns da língua que não têm amparo em obras de referência (como empregar o verbo “retornar” para ligações telefônicas, quando, em seu lugar, deve-se utilizar “responder”).

Abordam-se, então, no quarto capítulo do manual, as orientações para a revisão de provas, isto é, o trabalho de correção feito com livro já paginado. De início, delimita-se a existência de duas tarefas a serem desempenhadas pelo revisor (a revisão de primeira prova e a revisão de segunda prova), bem como se especificam as diferenças entre uma e outra. Também são explicitados todos os arquivos que o profissional em questão deve receber para desempenhar suas funções, os quais consistem em: o livro original (em caso de tradução ou de reedição de uma obra de outra editora); um “print”, que é o arquivo anterior à diagramação impresso; a primeira prova, no caso da primeira revisão; e a primeira e a segunda provas, no caso da segunda revisão. Em seguida, são dadas algumas orientações sobre as cores de caneta a serem utilizadas nas marcações e o que cada uma delas representa na comunicação interna da editora. O manual passa a esmiuçar, então, cada etapa do trabalho da revisão de provas, quais sejam: “batida de parágrafos; conferência da prova; leitura do texto” (VIANA, 2012, p. 37).

A batida de parágrafos efetuada na etapa de preparação do original se mostra diferente daquela realizada na primeira revisão: enquanto lá tal atividade deve se dar com o original, aqui, passa a ser feita com os parágrafos do “print” impresso. Já na etapa de conferência, elencam-se uma série de padronizações a serem verificadas pelo revisor, desde a diagramação da falsa folha de rosto até a disposição do colofon. Por fim, efetua-se, propriamente, a leitura do texto em ambas as revisões, tanto na primeira, quanto na segunda prova.

Mais especificamente sobre a leitura das provas, o manual pontua que o revisor deve apenas intervir, de fato, em erros, e não em opções de estilo:

Não se esqueça de que o texto foi lido pelo editorial e passou por preparação; portanto, geralmente, não é preciso intervir. Respeite as opções feitas e evite “trocar seis por meia dúzia”. Em livros de ficção, como há mais liberdade quanto ao uso do idioma, não há necessidade de rigor. A percepção do objetivo do autor e a coerência são preocupações mais relevantes. [...] Respeite a pontuação, as regências, a posição dos pronomes, o uso de “este/esse”, “dentre/entre”, “do/de o” etc. Procure nesses casos ficar mais atento às gralhas e aos eventuais problemas de padronização (VIANA, 2012, p. 48).

As orientações, portanto, enfatizam que, mesmo no caso de “questões difíceis de gramática” (categorização empregada no questionário-base desta pesquisa; tal documento será discutido mais à frente), as escolhas feitas pelo tradutor e pelo preparador devem ser mantidas, embora possam estar, do ponto de vista da gramática normativa, erradas. Por exemplo, o manual voltará a reforçar, algumas páginas depois, que “em diálogos, não é preciso corrigir construções como ‘antes do porteiro chegar’ para ‘antes de o porteiro chegar’ (VIANA, 2012, p. 55). Ora, quer se considere a língua como código ou fato social, observam-se diferenças de uso entre “do” e “de o”, e uma opção não se revela necessariamente substituível pela outra. Assim, verifica-se que o posicionamento da Companhia das Letras diante desse ponto específico resume-se à aprovação de uma variante menos prestigiosa, sobretudo em

ocorrências de discurso direto. Por mais que se trate de uma questão de ordem sintática e, a princípio, menos perceptível.

Em seguida, compendiam-se mais uma série de padronizações, a fim de que o revisor as siga. Avultam indicações sobre a hifenização de palavras, abreviação de títulos, regência verbal e nominal, uso de verbos repetidos em diálogos etc. O local indicado para a consulta da grafia dos vocábulos é o dicionário Houaiss, e não Volp. Os próximos capítulos da obra tratam de orientações sistemáticas para a edição de livros que não fazem parte do tema pesquisado.

2.4 A variação linguística

O trabalho com o texto de um livro pode ser comumente entendido tanto como mera aplicação de regras estabelecidas pela gramática normativa (forma) quanto como a edição do enredo ou do percurso argumentativo de uma obra em si, mediante a adição ou corte de cenas, personagens, estruturas (conteúdo). Entretanto, conforme exposto antes, as tarefas de preparação de originais e de revisão de provas vão além. Conforme postulado por Yamazaki (2009), “ainda que pense fazer as intervenções com base em avaliações apenas subjetivas, o profissional lança mão de sua experiência para trocar uma palavra de lugar, substituir uma expressão, enfim, fazer quaisquer emendas no texto. E essa experiência camufla o uso de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura – em geral inconscientemente” (YAMAZAKI, 2009, p. 73-74). Nas intervenções em um livro, pode-se lançar mão de inúmeros registros de fala. Todavia, usos menos frequentes se mostram capazes de engessar e mesmo dificultar o acesso de certo público a um texto. Como afirmado por Bocchini, os editores não interviriam em textos partindo de pressupostos mágicos, mas ouviriam “as observações de seus leitores, que, dessa forma, estariam determinando ativamente como queriam ler” (BOCCHINI, 1994 *apud* YAMAZAKI, 2009, p. 74). E se o parâmetro são os leitores, convém entendê-los como parte do quadro gerativo de qualquer escrito (ECO, 2011, p. 39) e, de

modo mais concreto, quem são tais indivíduos, que posição social ocupam, quantos anos têm, qual profissão exercem etc. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010). Pensando que eles fazem parte de uma sociedade ampla, que registra diversos usos idiomáticos, faz-se necessário pensar que a língua, enquanto organismo vivo, encontra-se em constante mudança.

A língua em uso atualmente no Brasil não é mais a mesma que se fala em Portugal, embora ambas recebam o mesmo nome. Analisando, como exemplificado por Viotti (2018, p. 139), o idioma vigente hoje em Roma e o que se impunha em tal cidade na época de Cícero, percebe-se que as mudanças entre um e outro se revelam tão grandes que estamos diante de duas línguas diferentes: latim e italiano. Isso acontece porque existem diversos mecanismos linguísticos, sejam eles fonéticos, sintáticos, morfológicos, lexicais, para dizer e expressar conceitos e ideias equivalentes. Quando uma dessas possibilidades de realização sistêmica acaba por ser privilegiada pelos falantes em detrimento de outra até então prevalente, a língua muda.

Aliando fatores sociais e linguísticos, a sociolinguística variacionista explica tais fenômenos centrando-se nos diferentes usos do idioma por parte dos falantes de uma dada comunidade. De acordo com tal perspectiva, as diversas formas possíveis de se utilizar a língua são chamadas de “variantes”, ou “variáveis”. Elas não são aleatórias, não são produzidas ao bel-prazer dos indivíduos, mas “influenciadas por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural” (MOLLICA, 2015, p. 11). Elas podem ser estáveis, quando “não existe predominância de uma variante sobre outra, havendo equilíbrio relativo que tende a se manter por algum tempo” (VIOTTI, 2018, p. 146), e instáveis, “quando o processo pende para uma das variantes, em detrimento das demais” (VIOTTI, 2018, p. 146). A mudança linguística, portanto, reside na variação instável, e, enquanto ela está em processo em uma língua, pode ser considerada um “fenômeno variável ou em mudança” (MOLLICA, 2015, p. 11).

Embora seja possível provar, ancorando-se em conceitos sólidos, que as línguas mudam, observa-se que as reações negativas à mudança linguística

são mais verificadas em variações em tempo real (VIOTTI, 2018, p. 137). Isso ocorre, em grande parte, porque ainda existem “práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto” (MOLLICA, 2015, p. 13). A estigmatização de determinados registros produz o que se chama de preconceito linguístico, isto é, quando o emprego de uma variante, considerada como portadora de menor prestígio, resulta em desqualificação e ostracismo do falante que dela se vale.

Nenhum indivíduo adquire a língua a partir de uma gramática, por mais que, ironicamente, todos falem a língua documentada pelo manual, pois, na verdade, ela é assimilada a partir da convivência entre os membros de determinada comunidade linguística. Sobre isso, Mollica comenta que, inicialmente, os falantes adquirem variantes informais e depois, num processo “sistemático e paulatino, podem vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária” (MOLLICA, 2015, p. 13). Assim, uma das grandes contribuições da sociolinguística reside no fato de justamente relativizar a noção de “erro”, quer ao procurar compreender, em sentido amplo, as particularidades de cada variante, quer, de modo específico, ao descrever o padrão que a escola procura “banir como expressão linguística natural e legítima” (MOLLICA, 2015, p. 13).

As variantes podem ser produzidas por fatores internos e externos à língua. Os primeiros levam em conta processos relativos à natureza do idioma em questão, sejam eles morfossintáticos, semânticos, discursivos etc. Já os segundos abarcam um conjunto de variáveis relativas ao indivíduo (como, por exemplo, etnia e gênero), “propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva)” (MOLLICA, 2015, p. 11).

Esta pesquisa não objetiva provar, assim como prevê uma pesquisa quantitativa sociolinguística clássica, as ocorrências de determinadas variantes em um recorte do catálogo da Companhia das Letras. Embora pareça tentadora, tal investigação exigiria muito mais tempo e um acesso

maior à empresa, além de um estudo mais aprofundado das variantes internas e externas envolvidas, limitações que não são possíveis de serem vencidas no estágio atual da presente investigação. O que se objetiva aqui, entretanto, é demonstrar, a partir das respostas dos entrevistados e da análise do manual de redação e estilo da empresa, que, no contexto editorial em questão, fenômenos linguísticos variáveis também são parte do registro escrito em sua forma mais prestigiada, ou seja, quando publicados em um livro.

3. Metodologia

Para entender tais fenômenos variáveis, portanto, elaborou-se um questionário-base com oito perguntas para nortear as entrevistas com os profissionais de texto da Companhia das Letras. Logo em seguida, confeccionou-se um novo questionário, derivado do primeiro, para a realização da entrevista com a chefe do departamento. Além dos pontos já levantados pelo questionário-base, seis novas perguntas foram adicionadas. Quando se realizou a conversa com as preparadoras externas, produziu-se um novo rol de questões derivado dos dois primeiros, com apenas duas perguntas adicionadas.

3.1 O questionário-base para os funcionários do departamento de editoria de texto

- 1) Que trabalho você desenvolve no seu setor?
- 2) Qual a sua formação e como começou a trabalhar com o texto dos livros da Companhia das Letras?
- 3) Você já trabalhou como editor de texto *freelancer* para outras empresas? Teve experiências diferentes ou concepções de trabalho diferentes?
- 4) O que define o grau de intervenção na preparação de um livro?
- 5) Quais são os critérios para aceitar ou rejeitar uma alteração de um preparador num livro?

6) Existe diálogo entre o editor de texto, o preparador, o tradutor e o autor quanto a questões concernentes ao texto do livro?

7) Você segue o manual de redação e estilo da Companhia das Letras à risca?

8) Quais são as orientações para lidar com questões difíceis de gramática e até mesmo com mudanças linguísticas no texto? Por exemplo, questões referentes à colocação pronominal (preferência pela próclise mesmo em casos em que a gramática normativa prescreve o uso de ênclise), à vírgula estilística ou até mesmo à grafia de algumas palavras.

Como se pode perceber, o questionário proposto engloba, inicialmente, uma pergunta básica que visa a entender as atribuições do entrevistado na Companhia das Letras. Isso se torna importante para que se consiga mapear o nível de envolvimento de tais informantes com os livros da editora pesquisada, para se ter a certeza de que as opiniões emitidas são válidas para os propósitos previstos por esta pesquisa; e para que se consiga entender brevemente o processo editorial da empresa em questão.

A segunda pergunta do questionário engloba a formação do entrevistado e como ele chegou ao exercício daquela função, buscando compreender de qual contexto do trabalho com originais ele provém e quais suas visões a respeito da língua o levaram até ali. Tal questão se revela importante, por exemplo, para dimensionar se, na formação do sujeito de pesquisa, ele teve algum tipo de contato com estudos da área de linguística e se houve reflexões sobre o trabalho com o texto em sua trajetória. A terceira pergunta almeja objetivo análogo, inquirindo se o entrevistado já teria trabalhado em outras empresas do mesmo segmento, seja como *freelancer*, seja formalmente, e se foi confrontado com outras perspectivas e orientações sobre o trabalho com o texto. Ao fim desse mesmo questionamento, existe uma proposta de reflexão a respeito das diferentes percepções relativas ao uso do idioma no trabalho que precisa desenvolver atualmente na empresa em questão.

A quarta pergunta procura compreender quais orientações o sujeito de pesquisa passa para um preparador ao contratar os seus serviços, a fim

de averiguar o nível de intervenção que aquele considera apropriado em um original. Aqui se busca entender, no início do processo editorial, qual o pensamento do funcionário da editora sobre o trabalho a ser desenvolvido em torno de uma obra. Em seguida, a quinta questão busca investigar, por um lado, as intervenções consideradas “aceitáveis” pelo entrevistado e, por outro, aquelas que ele recusa, pois seriam mostras de que o contratado teria ido longe demais no processo de preparação; e a sexta volta-se à compreensão das interferências que outros prestadores de serviço podem efetuar até o fechamento de um original.

Em linhas gerais, esses três últimos questionamentos têm basicamente o mesmo objetivo: delimitar qual seria a percepção do funcionário da Companhia das Letras sobre o olhar do outro, no caso o prestador de serviço, quanto ao texto preparado. Tudo isso por que é o editor da casa quem avalia e valida as marcações assinaladas por um preparador, consolidando assim a versão final do texto de um livro. Mapear, portanto, os elementos dessa apreciação revelou-se importante justamente para se dimensionar as tomadas de decisão derradeiras antes de o original preparado seguir para ser paginado.

A sétima pergunta, por sua vez, busca entender como os profissionais da Companhia das Letras que lidam com o texto se apropriam do manual da editora para o seu trabalho e se eles o tomam como base em todas as suas decisões. A oitava e última interrogação, por fim, visa a suputar especificamente o proceder do entrevistado com “questões difíceis de gramática”. Como explicado na própria pergunta, os pontos controversos se referem à colocação pronominal (que vem passando por um processo de mudança linguística no português brasileiro), à vírgula estilística (que por diversas vezes não obedece a regras prescritivas da gramática normativa) e à grafia de algumas palavras (que não são consenso e, por vezes, possuem o que se chama de dupla grafia, por exemplo assobiar/assoviar, catorze/quatorze). De maneira geral, essa trinca de elementos problemáticos abarca, em regra, usos da língua vetados pela gramática normativa, mas muito produtivos na língua corrente entre falantes cultos.

3.2 A evolução do questionário-base para a chefe do departamento de editoria de texto

É importante sinalizar que a chefe do departamento de editoria de texto respondeu a todas as perguntas do questionário-base apresentado no item anterior, o que permitiu compreender sua percepção a respeito de temas já abordados por seus subalternos entrevistados para a presente pesquisa. Todavia, na conversa com ela, com vistas a se entender melhor o funcionamento da empresa, foram acrescentadas mais algumas perguntas específicas ao instrumento de pesquisa utilizado inicialmente:

1) Como funciona o processo de publicação de um livro da Companhia das Letras e quais são as etapas envolvidas?

2) A lista de colaboradores externos do seu departamento é fixa? Existe um registro de quantos preparadores a Companhia tem?

3) Como funcionava o processo de preparação de texto antes do seu departamento ser criado? Como funciona agora?

4) Por quem é feita a escolha do colaborador que irá trabalhar com determinado livro? Quais são os critérios para essa escolha?

5) Por quem é feito o aceite ou a rejeição das alterações propostas pelo preparador? Existem critérios para selecionar quem cuidará de cada livro?

6) Existe algum tipo de teste para selecionar o preparador que irá trabalhar com a empresa? Quais são os critérios? Qual a formação preferida?

O novo questionário se inicia com uma pergunta abrangente, que objetiva entender o processo editorial completo da Companhia das Letras. O segundo ponto levantado procura compreender se a lista de colaboradores externos da empresa era fixa, pois a não observância de tal pressuposto poderia repercutir negativamente nos dados obtidos. De modo mais concreto, se a editora tivesse alta rotatividade de preparadores, a pesquisa com esses prestadores de serviço poderia não se mostrar válida, já que a participação deles nos livros da casa em questão não se mostraria significativa.

Propôs-se a terceira pergunta porque se entendeu que o departamento de editoria de texto, em seu formato atual, é ainda neófito na editora, e, sobretudo, porque a entrevistada idealizou o trabalho por ele desenvolvido. Dessa maneira, buscou-se documentar e investigar os ajustes pelos quais o processo editorial da empresa passou desde as mudanças da estrutura de trabalho recentemente implementadas e quais foram os motivos para tais alterações.

A quarta pergunta inquirir quem seleciona os preparadores que irão trabalhar com os livros, objetivando entender se a escolha obedece a algum critério específico e se isso influenciaria de alguma maneira a visão do trabalho com o texto da editora. Partia-se da hipótese de que poderia haver uma predileção por algum preparador de acordo com o público para o qual o livro é voltado, por exemplo.

O quinto questionamento proposto serve apenas como verificação, para se ter certeza de que o texto de quase todos os livros passa pelo crivo dos funcionários da empresa pertencentes ao departamento de editoria de texto. Em tal interrogação, também está embutida uma pergunta que visa a entender se existem funcionários específicos para fechar a preparação de determinado selo da editora, por exemplo. Por fim, questionou-se a entrevistada a respeito dos critérios utilizados para a seleção dos preparadores dos livros da Companhia das Letras e se essas balizas se orientam por algum tipo específico de formação, que direcionaria o cuidado editorial de alguma maneira.

3.3 O questionário para as preparadoras

A realidade de trabalho das preparadoras externas se revela diferente daquela vivida pelos demais entrevistados, já que elas não estão diretamente ligadas à empresa, sendo prestadoras de serviço *freelancers*, embora atuem tanto quanto os anteriores no texto dos livros. Apesar disso, apenas duas perguntas foram adicionadas ao questionário-base:

1) Você se lembra dos livros que preparou para a Companhia das Letras? Você pode citar algum exemplo memorável?

2) Como é o seu fluxo de trabalho quando recebe um original para preparar?

Uma das questões adicionadas busca documentar se existiu algum livro memorável na carreira das preparadoras em questão, objetivando a apresentação de algum exemplo prático do que esta investigação se propõe a analisar. A segunda busca entender como é o fluxo de trabalho desenvolvido por elas em seu cotidiano.

4. Resultados

As oito entrevistas realizadas para esta pesquisa foram feitas individualmente. Do total, sete se deram presencialmente e uma de forma remota, por meio de uma chamada telefônica. Em todas as ocasiões, o entrevistador procurou, da melhor maneira possível, manter-se neutro quanto às perguntas e explicá-las apenas quando solicitado ou quando a resposta obtida não condizia com o escopo do que se havia perguntado. Comentários durante as respostas também foram evitados, a fim de que se evitassem interrupções, intervenções indesejadas e o direcionamento das informações transmitidas, embora tenham sido feitas, de modo pontual, perguntas para que o entrevistado elucidasse pontos específicos de sua fala.

Seis das entrevistas foram realizadas na própria Companhia das Letras, durante o expediente, e para tanto se esclareceu que os dados da pesquisa eram confidenciais e não seriam compartilhados nominalmente. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por todos os sujeitos de pesquisa, de modo a assegurar-lhes que os dados seriam confidenciais e que eles aceitavam participar da pesquisa de forma voluntária.

A primeira pergunta efetuada aos entrevistados documentou que todos eles, de fato, estavam envolvidos no trabalho com o texto na empresa em questão. Apenas as estagiárias registraram outras atribuições de trabalho

administrativo. No entanto, todos os outros profissionais pesquisados, tanto as terceirizadas quanto os celetistas, atestaram ser responsáveis pelo texto dos livros da editora. Sobre isso, um dos entrevistados que trabalha internamente na editora e fecha a preparação chegou a ressaltar que profissionais como ele estão “na hierarquia de quem dá a última palavra nisso” (Sujeito de pesquisa 3).

Na segunda pergunta, obteve-se como resposta que todos os entrevistados possuem curso superior, concluído ou em processo, sendo que 50% deles cursam ou são formados em Letras na Universidade de São Paulo, 37,5% são formados em Jornalismo em faculdades variadas e 12,5% cursam Editoração. Dessa maneira, ao menos 50% deles estudou linguística de forma básica no curso superior, considerando que a disciplina é obrigatória no curso de Letras da Universidade de São Paulo. Todos, também, já haviam tido contato prévio com o trabalho com o texto no âmbito do mercado editorial antes de começarem a trabalhar efetivamente para a Companhia das Letras, conforme documentado pelas respostas à terceira pergunta.

Quanto à reflexão proposta pela terceira pergunta sobre as eventuais diferenças entre as visões da Companhia das Letras e de outras editoras a respeito do trabalho com o texto, os entrevistados identificaram que cada empresa trabalha de uma maneira diferente. Alguns deles também atestam que a Companhia das Letras se preocupa mais com a qualidade textual dos seus livros, exigindo mais dos prestadores de serviço e mostrando-se mais cuidadosa com a análise das intervenções realizadas por tais profissionais. De fato, entende-se que cada editora se orienta por um manual de redação e estilo diferente e que cada uma delas preza por um tipo de padronização (algo também passível de ser percebido pelas respostas dadas à pergunta três), mas os *feedbacks* obtidos se revelaram importantes ainda mais por deixarem claro que os entrevistados entendem o trabalho com o texto feito pela editora em questão como bastante específico e maleável.

Sim, eu já trabalhei pra muitas editoras, porque como eu trabalhava [para um escritório editorial] que prestava serviço pra várias, eu já tive contato com muitas. Desde as que têm qualidade até as que não têm. Trabalhei

bastante com livros didáticos também, mas da experiência que eu tenho, a Companhia é uma das melhores, que tem o maior cuidado com o texto. Tanto que eu não conheço nenhuma editora que tenha esse departamento que a gente tem aqui de editoria de texto. (Sujeito de pesquisa 2)

A principal diferença que eu escuto das pessoas no mercado editorial é essa: aqui parece que as coisas são mais organizadas nesse aspecto de texto. (Sujeito de pesquisa 4)

Aqui a gente tem um foco muito grande no texto e em adequar esse texto pra que ele seja legível pro leitor-alvo, então depende aí de acordo com os nossos selos. Mas a gente tem um cuidado muito bonito com o texto, de não ficar muito nesse preciosismo de usar grandes palavras bonitas e eloquentes e blá blá blá, mas sim deixar isso bem legível e bem palpável. É bem diferente de onde eu trabalhava [...] (Sujeito de pesquisa 5)

Trabalhei, comecei com preparação paralelamente à Companhia, por exemplo pra [outra editora]. Na época, hoje eu perdi contato com o que ela publica, eram livros de autoajuda e eram horríveis, horríveis. Eram ruins mesmo, o texto vinha muito cru. [...] Eram muito ruins, então na Companhia não é assim. Você sente a diferença de qualidade, e isso afeta teu trabalho, e sim, a qualidade. (Sujeito de pesquisa 7)

Eu trabalhei, trabalho ainda também, é completamente diferente sempre, cada editora quer uma coisa. E aí que você entende um pouco que não tem muito uma coisa de certo e errado, sabe? Porque no começo talvez você pense que é assim que se faz e aí você vê que não é, que cada editora faz de um jeito. [...] A Companhia exige mais na preparação, eles esperam que você mexa mais porque acho que a revisão eles esperam que mexa menos. Acho que basicamente é isso, em comparação com essas outras editoras. (Sujeito de pesquisa 8)

A quarta pergunta do questionário, sobre quais seriam os níveis de intervenção possíveis no texto de um livro da Companhia das Letras, teve como resposta que cada obra da editora apresenta suas peculiaridades. Logo, cada uma delas terá orientações específicas. Todos os entrevistados ressaltam que é muito importante conhecer o livro com que se vai trabalhar, bem como o selo no qual ele se enquadra (que acaba delimitando o público-alvo da obra, também), fatores considerados imprescindíveis. Por exemplo, o selo

Paralela, que compreende publicações de apelo mais comercial (com foco em entretenimento e no grande público), não vai ter o mesmo tratamento editorial que o selo Penguin Companhia, que compreende as publicações de clássicos nacionais e estrangeiros, justamente por conta da diferença da proposta e do possível recorte de destinatários. Isso atesta aquilo que Yamazaki preconiza em seu estudo, de que “é importante que o profissional tenha algum conhecimento sobre a realidade linguística dos possíveis leitores do texto, para analisar se o texto está adequado às competências, condições e situações de leitura” (YAMAZAKI, 2009, p. 132), e as respostas à quarta pergunta atestam o acerto de tal diretriz:

Depende do autor, depende do tradutor. (Sujeito de pesquisa 2)

Acho que o que mais acontece, na verdade, é a natureza do livro em si. (Sujeito de pesquisa 3)

Acho que depende do livro. Se é mais comercial, se é autor nacional, em geral a gente tem uns colaboradores mais fixos, e mesmo assim às vezes dá uns problemas. (Sujeito de pesquisa 4)

Então, assim, pra resumir é: uma conversa com o editor que te passa o trabalho e o que o livro demanda. (Sujeito de pesquisa 7)

Na Companhia, acho que fica claro que livros como Penguin vão ter menos intervenção, porque é um trabalho mais, vamos dizer... bom, o tradutor, ele é autor, né? (Sujeito de pesquisa 8)

Quando contrastados com a quinta pergunta, sobre quais fatores costumam levar em conta para aceitar ou rejeitar as intervenções dos prestadores de serviço, as respostas dos editores enfatizam, novamente, que eles se orientam pela especificidade do original em processo de preparação. O Sujeito de pesquisa 1 ressalta que, ao tratar de sua experiência de trabalho com uma obra específica, observou, “primeiro, se [as suas decisões] condiziam com a linguagem do livro; segundo, se estavam corretas, porque neste caso em específico a tradução acabou sendo muito literal em alguns pontos e a preparação não pegou essa parte” (Sujeito de pesquisa 1). O Sujeito de pesquisa 3, além de afirmar que sua atuação se dá de modo diferente no

caso de traduções e da edição de títulos nacionais, atesta que cada livro é diferente do outro, e que, em trabalhos de tradução, procura deixar a obra cada vez mais próxima do original. O Sujeito de pesquisa 4, por sua vez, também identifica que os critérios para se aceitarem ou rejeitarem alterações podem ser bastante subjetivos, de acordo com o que parece ou não aceitável no momento; entretanto, mesmo assim, considera que tudo “tem que fazer sentido dentro do livro” (Sujeito de pesquisa 4).

Em pergunta semelhante feita às preparadoras, objetivou-se entender quando elas consideravam aceitável fazer ou não uma intervenção num determinado texto. O Sujeito de pesquisa 8 atesta que leva muito em conta o selo no qual se encontra a obra com que está trabalhando quando se depara com uma dúvida a respeito de fazer ou não uma correção. Ele afirma ainda que os critérios muitas vezes são subjetivos. O Sujeito de pesquisa 7 também destaca que leva em conta as particularidades da obra, assim como os outros, e que se pauta pelo *briefing* passado pela editora.

Quanto à sexta pergunta, fica bastante claro, pelas respostas, que não existe um diálogo institucional na Companhia das Letras entre o editor, o preparador e o tradutor/escritor sobre questões concernentes ao texto do livro. Algumas editoras possibilitam que existam relatórios de dúvidas nas diversas etapas do livro, mas segundo o documentado aqui, tal expediente não se trata de uma realidade na empresa em questão. Entretanto, todos os entrevistados afirmam que, sim, existe um diálogo aberto entre as três partes, embora não formalizado. O contato se dá, sobretudo, por meio de comentários fixados no texto durante a preparação, dúvidas específicas enviadas por e-mail e até mesmo, em casos raros, reuniões formais para se alinhar o trabalho. As respostas às perguntas 4, 5 e 6 se mostraram importantes justamente para identificar se há, de fato, o respeito, por parte do profissional que entra no fluxo de produção, às soluções adotadas por outros agentes nas etapas anteriores da lida com o texto, diretriz preconizada no *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*. Constatou-se que tal orientação é mesmo respeitada, o que reforça a proeminência da preparação em tal processo, uma vez que se

trata do primeiro estágio de trabalho com o original (sobretudo os nacionais), e as decisões aí tomadas devem ser respeitadas nas fases subsequentes.

Perguntados se se orientam pelo *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*, 75% dos entrevistados disseram não o seguir à risca, contra 25% que disseram que sim, seguem-no à risca. Os integrantes do primeiro grupo, entretanto, não se mostraram contrários ao uso do manual, mas especificaram que existem algumas regras que não valem para todos os livros. De todo modo, procuram se pautar por ele o máximo possível. Tal dado já era esperado, pois o manual da empresa, já em sua introdução, deixa claro que a obra não se propõe a responder a todos os problemas e questões específicas de cada livro publicado pela editora. Não se trataria, portanto, de um guia estanque, mas de uma referência para os profissionais a quem ele se destina.

Como resposta à oitava pergunta desta pesquisa, sobre como lidam com questões difíceis de caráter gramatical e casos em que a gramática normativa prescreve um uso que já não é mais tão comum na língua corrente, os sujeitos de pesquisa demonstraram percepções diversas a respeito da gramática normativa, do conceito de norma padrão e do trabalho com o texto:

Depende muito do tipo de livro. Quando é ficção, a gente é muito relativo quanto a regras, realmente muito relativo. [...] Você vai ver que tem coisas que são meio surpreendentes, porque a gente, por exemplo, pode separar o sujeito do verbo com vírgula. [...] Em alguns livros de ficção, a linguagem permite totalmente separar o sujeito do verbo com vírgula. Então, assim, a regra diz que não, mas pelo ritmo do livro, pelo estilo do livro, se cabe, cabe. A gente não fica tão quadrado na regra de que não vai fazer X ou Y. (Sujeito de pesquisa 1)

Olha, a gente não costuma ser muito quadrado com a gramática, não. Principalmente nessas questões de vírgula, mais de estilística, a colocação pronominal também na maioria das vezes a gente usa a próclise. (Sujeito de pesquisa 2)

Eu tento me guiar mais ou menos pelo que predomina no livro, digamos assim. Sabendo que o livro é de um escritor jovem, com muitos diálogos etc., eu vou ter que priorizar essa coloquialidade, como a coloquialidade

que ele prefere, não a que eu prefiro. Então nesse caso, se tem uma regência “errada”, considerada errada, mas tá na boca de um personagem, é um dos casos clássicos, né? [...] Eu não consigo seguir muito a gramática nesses casos, eu prefiro ir pelo que o próprio autor já estabeleceu, pelo que o próprio tradutor já estabeleceu. (Sujeito de pesquisa 3)

Depende do livro, sempre, mas acho que, ah, eu opto pela clareza, pela estética, assim. Quando é uma coisa muito controversa, também, a gente faz a pergunta em voz alta e volta. (Sujeito de pesquisa 4)

Eu acho que eu vejo o selo, primeiro, que a gente já identifica o leitor. Então, por exemplo, se é um livro da Paralela, que é voltado para um leitor jovem, aí a gente vai pra oralidade mesmo. Então, tipo, começar frase com pronome? Suave. (Sujeito de pesquisa 5)

O que a gente tenta fazer pra evitar que cada decisão dessas seja uma decisão de cunho pessoal é que procuramos entender: isso existe na língua? [...] E também depende do livro, sabe? O livro é do Giovani Martins e ele está reproduzindo uma fala de uma comunidade, não dá pra você ficar normalizando porque a fala dessa comunidade é assim. [...] Na verdade, as nossas sugestões são para que o livro encontre melhor o estilo do autor do que o nosso, entendeu? (Sujeito de pesquisa 6)

Não tem regra, em geral; eu estou aberta pro que o livro me fala, o que ele pede de mim. [...] eu não saio nem preocupada com gramática. Eu sei tudo. Se eu vou aplicar, se ela vai me ajudar naquele momento, eu aplico. Mas só porque é o certo? O “assistir ao” é uma coisa que daqui a pouco também vai cair. Você não vê mais. [...] Então é assim, o que dita é o livro, é a obra, o tipo de personagem, também não dá pra aplicar a regra na obra toda. [...] Então é isso. A gramática é pra ajudar, nunca pra tolher a gente, né? Não sofro nem um pouco. E sinto que é por aí mesmo pra Companhia também. (Sujeito de pesquisa 7)

Eu acho que tem que ter uma coerência interna, né? [...] Desde que você use a mesma grafia no livro inteiro, tudo bem. Assim, se tem duas formas ou alguma coisa assim. E acho que isso vai variar de livro pra livro. Não necessariamente eu escolho como que é e eu sempre escrevo desse jeito. Se dentro do livro a pessoa já fez tudo daquele jeito, eu não vou ficar mudando. (Sujeito de pesquisa 8)

Todas as respostas evidenciam que a gramática normativa não se impõe como a baliza principal para as intervenções no texto de um livro.

Diversos outros fatores são levados em conta, como coerência interna, público-alvo (que acaba sendo também a referência indireta dos entrevistados quando comentam sobre “o selo”), clareza, estética e oralidade. As falas também evidenciam uma preocupação muito grande com a forma como a escrita “soa” para os leitores e como aquilo será entendido por eles. Por mais que essa particularidade seja mais pronunciada nos selos comerciais, uma das preparadoras entrevistadas não trabalha apenas com livros comerciais, o que demonstra que essa preocupação em aproximar o registro escrito do fenômeno da oralidade existe, de certa maneira, para todos os públicos.

A fala do sujeito de pesquisa 5, ao comentar seu trabalho diário com o texto, registra duas percepções importantíssimas para esta pesquisa: quando intervém em um original, ele deve considerar, fundamentalmente, o selo no qual o livro será incluído, e, assim, se a obra se destina ao público jovem, convém que as mudanças propostas dialoguem com o registro oral literariamente elaborado pelo autor em obras assim. Isso corrobora tanto o dito por Yamazaki (2009, p. 132), quanto atesta que as intervenções em um texto levam em conta a oralidade, evidenciando a possibilidade de documentação de variações linguísticas mesmo na língua escrita, espaço privilegiado para as normas culta e padrão. De modo mais específico, evidencia-se, também, que a língua escrita, mesmo em uma das mais importantes casas editoriais do país, tem afinidades com a língua falada.

Na sexta pergunta, sobre os critérios que o entrevistado leva em conta para fazer intervenções em um texto, o sujeito de pesquisa 5 comenta:

Olha, às vezes é a sonoridade do texto, sei lá, se repete muito uma palavra ou uma sonoridade, tem muito S, e quando você lê, sibila. Aí a gente vai lá e muda alguma coisa. Ou quando a palavra se repete, e não é uma palavra, assim... às vezes quando a repetição é chave a gente deixa, não sei citar exemplo agora, mas tem repetições que tudo bem, é aquilo e não tem por que ficar mudando e achando sinônimo. Mas por exemplo, os editores usam muito “sua”, então “sua história”, “seu”, “s”, “s”, então a gente muda isso. É a repetição, sonoridade, como isso soa na oralidade, a gente tem bastante isso de ler em voz alta e comparar as diferentes formas. (Sujeito de pesquisa 5)

O sujeito de pesquisa 8 também comenta algo bastante similar ao se referir a como lida com as questões difíceis de gramática, evidenciando mais uma vez a forte presença da oralidade em seu trabalho:

Em geral eu procuro deixar tudo da maneira mais natural possível no texto.

Entrevistador: O que você quer dizer com “natural”, falado?

Então, eu não vou dizer “falado” porque a gente nunca escreve como é falado, né? Mas sim. [“Natural” no sentido de] como a gente usa de verdade, assim. Então quase sempre é próclise, né? No caso da colocação pronominal. (Sujeito de pesquisa 8)

Mesmo se fazendo patente uma diferenciação do estilo da linguagem em cada selo, essa fala evidencia que, em casos como a colocação pronominal (englobada nas questões difíceis de gramática), as prescrições normativas de uso de ênclise posposta à vírgula não são necessariamente seguidas.

Fica claro, pelas entrevistas com as preparadoras, que, embora haja preocupação em verificar se todo o trabalho de padronização foi feito a contento, a formatação do arquivo Word não se impõe como uma exigência. Considera-se que tal ação fora efetuada previamente na editora a fim de deixar os preparadores livres para intervirem de modo ativo no texto sem se preocupar com minúcias relativas à aplicação de padrões. Isso ocorre na chamada etapa de “para prep.”, conforme observado pelos sujeitos de pesquisa 6 e 7:

Mas pra mim o principal é isso, que o preparador não precisa perder tempo com minúcia do tipo, sei lá, ficar organizando os pesos dos intertítulos, por exemplo; ficar arrumando nota... assim, o texto da nota eu quero que ele arrume, mas se tá sobrescrito, entendeu? É um negócio que às vezes é um trabalho braçal que pode ser feito antes. Ele vai partir de um original mais limpo, então acho que ele consegue ver outras coisas, sabe? Que pra mim são mais importantes que ele veja. Eu acho que melhorou muito o fluxo. Foi uma mudança que parece boba assim, mas que melhorou demais. (Sujeito de pesquisa 6)

Convenção, padronização? Eu acho tão mais importante outras coisas no texto do jeito que eu faço o meu trabalho... e ele me puxa tanto pra outro lado, da forma, do conteúdo, que essa parte o revisor pega. (Sujeito de pesquisa 7)

Isso evidencia que a Companhia das Letras, na etapa da preparação, preza ainda mais por um trabalho ativo e abrangente com o texto, pois escala, de antemão, um estagiário para formatar o arquivo e deixá-lo pronto para que o preparador não precise se preocupar com a aplicação dos padrões previstos pela editora. Dessa maneira, almeja-se que o tempo estabelecido para o preparador seja gasto com uma leitura minuciosa e criteriosa do texto, tendo em vista a promoção de mudanças significativas concernentes à textualidade (e não com a normalização dos usos de realces gráficos, abreviaturas, siglas, referências bibliográficas, notas de rodapé, topônimos, antropônimos etc.).

Conclusão

Várias inferências podem ser obtidas ao término do percurso argumentativo aqui desenvolvido. Inicialmente, entende-se que a correção gramatical se faz necessária no processo de edição de livros, tendo em vista seu caráter censório: cabe ao preparador/revisor verificar se a redação do original condiz, de fato, com a variante partilhada pelos leitores a quem a obra se destina. Nesse processo, entretanto, no caso da Companhia das Letras, observa-se que a forma como tais profissionais veem seu próprio fazer tem mudado: em geral, levando em conta as particularidades dos livros com os quais trabalham, passaram a validar variantes menos prestigiadas, diminuindo o peso da inflexível e punitiva norma padrão. A maioria dos preparadores e editores aqui entrevistados se mostraram conhecedores de questões concernentes a mudanças linguísticas em curso e atestam, em seu labor diário, que estão por dentro de discussões sobre a língua (mesmo sem a consciência e a profundidade de um acadêmico), refletindo sobre os pontos levantados no transcurso do presente texto.

Chega-se também à conclusão de que o manual da Companhia das Letras se mostra bastante amplo, mas, ainda assim, não contempla, de fato, todas as possibilidades de intervenção na edição de um livro feito pela empresa. Cada obra deve ser trabalhada à sua maneira, considerando-se suas particularidades, padronizações e estilos, com vistas a se polir o texto e fazê-lo atingir seu objetivo inicialmente programado. Como dito pelo Sujeito de Pesquisa 6, “o que a gente quer que seja nosso padrão é um padrão de qualidade, e não um padrão de que as coisas sejam padronizadas. Que cada livro esteja na sua melhor forma, um não necessariamente tem que estar igual ao outro nas decisões”.

Longe de querer atestar de forma categórica se existe um processo de mudança linguística em curso, documentado por meio do *corpus* limitado deste trabalho, algumas evidências rudimentares, no entanto, sugerem que tal conjectura valeria, em específico, para a colocação pronominal no português brasileiro escrito presente nos livros da Companhia das Letras (prevalência de próclise). Para além disso, os dados aqui recolhidos e analisados abrem a possibilidade de se efetuar num futuro próximo uma pesquisa mais abrangente, que tome como objeto os resultados da preparação de um conjunto de livros do catálogo da editora, e não apenas o processo de preparação em si e os agentes responsáveis por ele.

Por fim, percebeu-se como dificuldade a ser superada que se dispõe de exígua bibliografia sobre o tema pesquisado, o que revela a carência de estudos sobre a práxis textual no âmbito da editoração. De fato, essa área não se constitui como campo de estudo prolífico no Brasil, “e a pesquisa sobre edição de texto tem sido realizada em áreas diversas, com perspectivas, enfoques e experiências distintos” (YAMAZAKI, 2009, p. 67). Conclui-se, portanto, que o ramo da edição de textos precisa de maior atenção por parte da academia, para que, cada vez mais, seja documentada e analisada a forma como preparadores e revisores atuam nesse setor fundamental para a produção de bens culturais.

Referências

ALMEIDA, Agnaldo. A posição-sujeito gramático ocupada por Evanildo Bechara na mídia: tradição e/ou modernidade? **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 765-790, 2017.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. São Paulo: Caminho Suave, 1981.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 6025: Informação e documentação: Revisão de originais e provas*. Rio de Janeiro, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Editora Lucerna, 2009.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ECO, Umberto. **Lector in Fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GILMONT, Jean-François. “Reformas protestantes e leitura”. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, vol. 2, 2002.

GRAFTON, Anthony. **La cultura de la corrección de textos en el Renacimiento europeo**. Buenos Aires: Ampersand, 2014.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. São Paulo: Hucitec; Instituto Nacional do Livro; Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

HOUAISS, Antônio. Preparação de originais. In: MAGALHÃES, Aluísio; HOUAISS, Antônio; SILVA, Benedicto et al. **Editoração hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1981, p. 49-73.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS FILHO, Plínio. **Manual de editoração e estilo**. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora Unicamp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 9-14.

NEVES, Maria Helena de Moura. O que se há de entender por gramática: a voz de Bechara e seu tributo a outras vozes. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 55, 2018, p. 17-40.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro: manual de preparação e revisão**. São Paulo: Ática, 1993.

SAATKAMP, Henry. **O livro: preparação e revisão de originais**. Porto Alegre: Editora AGE, 1996.

SENADO FEDERAL. **Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas**. 2. ed. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

VIANA, Huendel (Org.). **Manual de redação e estilo da Companhia das Letras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIOTTI, Evani. Mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2018, p. 137-179.

WLASEK FILHO, Francisco. **Técnica de preparação de originais e revisão de provas tipográficas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1966.

YAMAZAKI, Cristina. **Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições**. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.